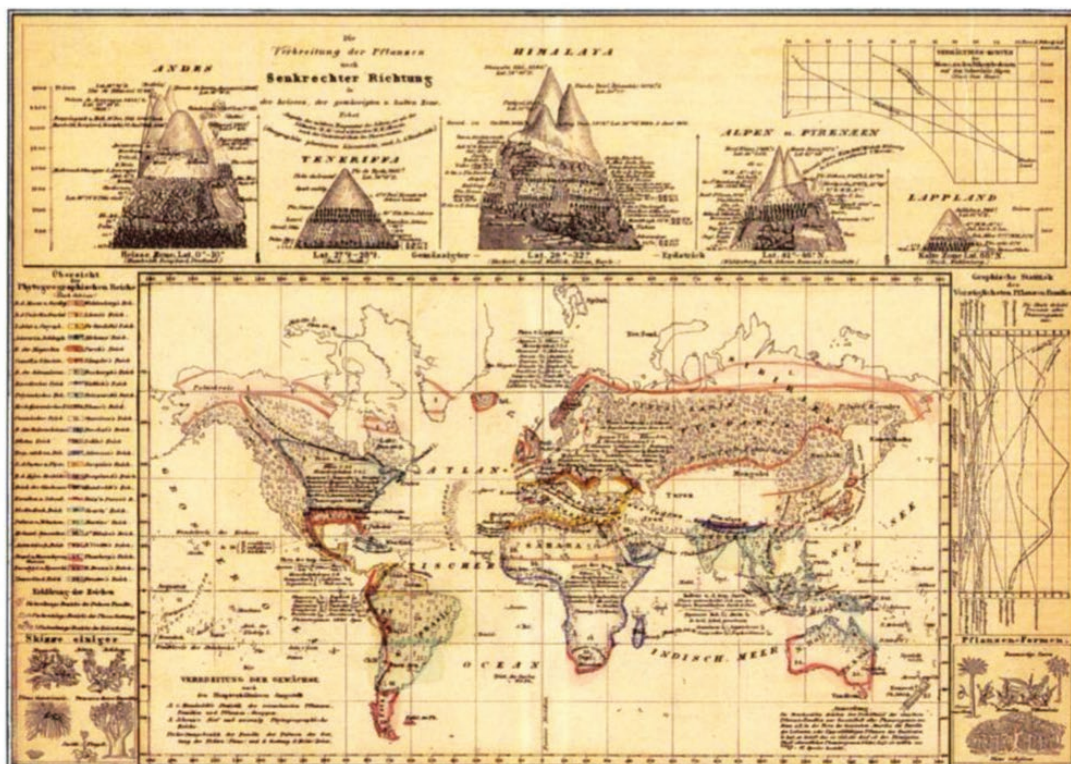


CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
 FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA
 COIMBRA 1995 N.º 14



AS DIMENSÕES DA EMIGRAÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA¹

Norberto Pinto dos Santos*

RESUMO

Com consequências e significados muito diferentes, em função das áreas de partida, das áreas de chegada e das próprias características dos indivíduos, a emigração (quer pelos seus efeitos directos, quer pelos reflexos destes) é um fenómeno sempre presente na sociedade portuguesa, mas com especial representatividade nas décadas de sessenta, setenta e oitenta. A emigração condiciona, de forma notória, a evolução da população nas últimas quatro décadas, ao determinar os maiores movimentos demográficos do nosso país e, simultaneamente, uma alteração na estrutura da população activa, no comportamento social e nas atitudes dos indivíduos. Todavia, os movimentos portugueses incluem ainda dois outros fenómenos migratórios muito relevantes: o êxodo rural (muito importante ao longo de toda a segunda metade do século XX) e o ciclo migratório das ex-Colónias portuguesas (não entendido na época como uma emigração efectiva). Mas é a emigração que caracteriza, de forma relevante, a mobilidade da população portuguesa depois da 2ª Guerra Mundial, com especial incidência nas décadas de sessenta e setenta. As influências, de âmbito variado, mas com uma importância sócio-económica bem marcada, remetem-nos para uma abrangência espacial que confirma todo o Norte do Tejo, e particularmente a Região Centro de Portugal, como emissor, por excelência, de população emigrante.

Palavras-chave: Emigração portuguesa. Destinos dos emigrantes. Consequências da emigração.

RESUMÉ

Avec des conséquences et des significations très diversifiées, en fonction des aires de départ, des aires d'arrivée et des caractéristiques des individus, l'émigration (soit à travers ses effets directs, soit à travers les reflets de ceux-ci) est un phénomène toujours présent dans la société portugaise. Sa représentativité est, toutefois, plus grande dans les décennies de soixante, soixante-dix et quatre-vingt. L'émigration conditionne, de façon notoire, l'évolution de la population dans les quatre dernières décennies: elle détermine les mouvements démographiques les plus grands dans notre pays et, simultanément, un changement dans la structure de la population active, dans les conduites sociales et dans les attitudes des gens. Cependant, les mouvements portugais incluent encore deux autres phénomènes migratoires: l'exode rural (significatif le long de toute la seconde moitié du xxe siècle) et le cycle migratoire des ex-Colonies portugaises (ne pas perçu, à l'époque, comme une émigration effective). De toute façon, c'est l'émigration qui caractérise, de manière évidente, la mobilité de la population portugaise après la Deuxième Guerre Mondiale, particulièrement dans les décennies de soixante-dix. Les influences, de nature variée, mais avec une importance socio-économique bien nette, nous signalent une dimension spatiale qui confirme le statut de tout le Nord du Tejo, et particulièrement la Região Centro du Portugal, comme émetteur, par excellence, de population migrante.

Mots-clés: Émigration portugaise. Destinations des émigrants. Conséquences de l'émigration.

¹ Conferência apresentada no Curso de Verão da Universidade de Coimbra, Julho 1995.

* Investigador do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra. Com o patrocínio da DGOTDU.

ABSTRACT

With different consequences and meanings, depending upon the departure and arrival areas and the characteristics of the individuals, emigration (whether by its direct effects, whether by its reflexes) is a phenomenon always present in the portuguese society, however with special representativity in the sixties, seventies and eighties. Emigration regulates very strongly the population evolution in the late four decades, commanding, in our country, the majors demographic movements and, simultaneously, the active population structural changes, the social behaviour and the individual attitudes. Nevertheless, portuguese movements comprise two others essential migratory phenomenons: rural exodus (very important during the second half of the XX century) and the migratory cycle of the portuguese ex-Colonies (not understood at the time as effective migration). In any way is the emigration which characterizes the portuguese population mobility after the Second World War, with special incidence in the sixties and in the seventies. With very significant socio-economic allusions, the diverse influences point out to a spatial dimension that shows clearly the North of the Tagus, and particularly the "Região Centro" of Portugal, as one of the most importante emigrants departure region.

Key-words: Portuguese emigration. Emigrants destinations. Consequences of the emigration.

Até à década de cinquenta, o grande fluxo emigratório português orientava-se para o Continente Americano — sendo o Brasil o principal país de acolhimento —, mas a partir dessa data há uma alteração do destino geográfico dos emigrantes. A rota da América cede lugar à Europa Ocidental e Central, fenómeno cujas causas são exploradas em toda a bibliografia sobre emigração portuguesa². Esta alteração na direcção do fluxo emigratório vai-se mostrar de primordial importância, de tal forma que, em momentos precisos da evolução destes movimentos internacionais, à emigração legal se sobrepõe uma outra, a clandestina³. Mas este tipo de emigração não é recente, nem sequer se encontra unicamente vinculado à emigração europeia. Já durante o final do século XIX, período que coincide com a lei brasileira de abolição da escravatura (a par de uma "maior actividade na aliciação de emigrantes; daí as facilidades concedidas, a passagem gratuita, os cómodos à chegada, a segurança de salários" (MARTINS, 1898, p. 217), existe um importante contingente de emigrantes clandestinos. Mas, "é apenas após 1949 que notamos o aparecimento ou o desenvolvimento de vários fenómenos até então inexistentes, nomeadamente o *recrutamento*"⁴ de

mão-de-obra clandestina e da emigração temporária, que acompanha o impressionante acréscimo do expatriamento anual" (ALMEIDA e BARRETO, 1976, p. 194).

O processo emigratório do País integra-se, afinal, num sistema internacional de movimentos de trabalho (Fig. 1) que estabelece uma relação directa entre ciclos económicos e ciclos emigratórios. O capitalismo industrial da primeira metade do século impôs uma mobilidade para a emigração portuguesa que se expressou espacialmente em movimentos transocênicos, resultado da valorização das relações entre a periferia europeia (semi-periferia segundo REIS) e as áreas periféricas mundiais. As distâncias a percorrer, o ainda fraco desenvolvimento dos meios de transporte e a situação do emigrado perante a actividade económica (usualmente por conta própria e inserindo-se com frequência nas classes médias e médias-altas da estrutura social do país de acolhimento) contribuem para que os ciclos emigratórios sejam, na sua maioria, coincidentes com o tempo de vida, só concluído com a reforma ou mesmo não concluído, devido à opção pela implantação definitiva no país de acolhimento.

O período que sucede à Segunda Guerra Mundial mostra o empenhamento das sociedades ocidentais na revitalização das suas economias, iniciando uma primeira fase de capitalismo tardio, pós-industrial. A recuperação económica é responsável pela melhoria do nível de vida nas regiões centrais e pelo aumento do consumo. E se as estratégias macro-económicas ocidentais valorizam a divisão internacional do trabalho, o que facultou uma redistribuição espacial do emprego, por outro lado, a depauperação demográfica dos países centrais é evidente. Este facto resultou na atracção de mão-de-obra dos espaços semiperiféricos para os espaços centrais, desviando-a das áreas periféricas, impondo, contudo, uma selecção na distribuição das tarefas — uma divisão social do trabalho —, com a mão-de-obra imigrada, não especializada, a integrar-se na base das estruturas sócio-económicas

² Salientem-se as obras de ALMEIDA e BARRETO (1976); ARROTEIA (1983? e 1984); BOURA e JACINTO (1984); CÓNIM (1985); NAYADE e FREIRE (1978); POINARD (1971 e 1984), POINARD e ROUX (1977); RIBEIRO (1986), ROCHA-TRINDADE (1973, 1984 e 1988); SANTOS (1990), SERRÃO (1972 e 1982); SILVA (1984).

³ Durante os anos de 1969, 1970 e 1971 os valores de emigração clandestina portuguesa ultrapassam os referentes à emigração legal. Tal situação de ilegalidade, impôs enormes condicionamentos à mão-de-obra portuguesa imigrada que, muitas vezes, se viu perante situações flagrantes de injustiça que não podia contestar, face ao risco de regresso forçado pelas autoridades do país de acolhimento.

⁴ Sublinhado do autor.

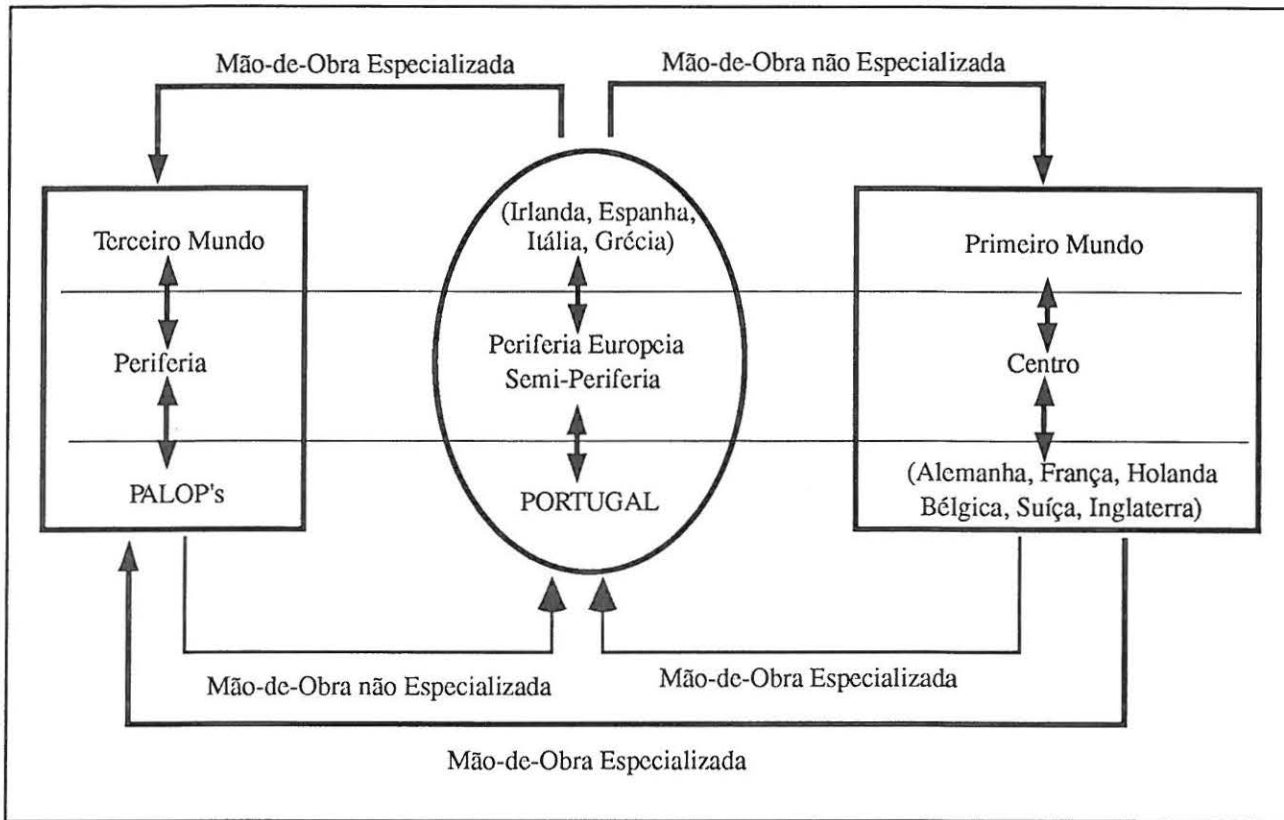


Fig. 1 — A Mobilidade de População entre os Espaços Centrais e os Espaços Periféricos

receptoras, o que, conjuntamente com a clandestinidade, funcionou como barreira ao esforço de ascensão social. A Europa Central passa a funcionar como pólo receptor da mão-de-obra das periferias europeias e de toda a Bacia Mediterrânica (argelinos, tunisinos, marroquinos, portugueses e espanhóis — a parte ocidental da Bacia —, dirigem-se para França; turcos, egípcios, jugoslavos, gregos e italianos — a parte oriental da Bacia —, deslocam-se em direcção à Alemanha) e o ciclo emigratório diminui o seu intercurso, variando, em Portugal, entre os 8 e 15 anos (SANTOS, 1990, pp. 98 a 103).

É, contudo, importante ter uma percepção distanciada do fenómeno global relativamente aos ciclos individuais, que podem apresentar períodos muito diversificados entre o momento de partida e o momento de regresso, podendo mesmo integrar ciclos duplos ou múltiplos, quando acontecem situações de re-emigração, ou integrar ciclos intergeracionais. Todavia, no momento da partida, a maior parte dos emigrantes portugueses pensa que concluirá o seu ciclo emigratório com o regresso definitivo ao país. Este facto vai determinar a manutenção de ligações continuadas “à terra”, a formação de remessas muito significativas, quando em confronto com o total da remuneração

mensal do emigrante, e mesmo investimentos produtivos diversos (investimentos paraproductivos ou simples apanágio da imagem de sucesso do emigrante, bem como sintoma da sua procura de melhoria de qualidade de vida). A compra de terrenos e a construção de casa própria, a que se fará referência mais adiante, são disso exemplo.

As Crises Económicas dos anos setenta fizeram irromper uma segunda fase do capitalismo tardio ao desencadear uma crise social e política que coincide com o movimento de refluxo de um grande número de portugueses. Com o desemprego crescente dos países centrais, com o aumento da taxa de inflação, com o desenvolvimento da sociedade de consumo, com a reconversão industrial e a maior utilização de energias e tecnologias alternativas são afectados, indirectamente, os países de emigração e, directamente, a mão-de-obra e o operariado estrangeiro. As pressões sociais avolumam-se de tal forma que os principais países de imigração passam a conceder subsídios aos imigrantes que pretendam regressar definitivamente aos respectivos países. Os fluxos emigratórios sofrem, então, reduções quantitativas importantes ou adaptações conjunturais, mas não se extinguem. A evolução recente da emigração portuguesa mostra cada vez mais a

importância dos movimentos temporários nos quantitativos totais, com a dispersão de destinos e a alteração dos mesmos na emigração permanente. Enquanto estes são os Estados Unidos da América do Norte, a França, o Canadá e a Austrália, aqueles são preferencialmente para a França, a Suíça e o Luxemburgo, os Países Árabes. De salientar as comissões de trabalho cumpridas durante um, dois, ou três anos nos países do Próximo Oriente, forma de emigração predominantemente individual e associada ao sector secundário. Registam-se ainda, migrações sazonais de período mais curto, três a seis meses, direccionadas para a França e para a Alemanha e relacionadas com o sector primário (colheitas e sementeiras) e com a construção civil. A apanha do pêssego e do morango, em França e em Espanha, são dois exemplos dessas migrações sazonais. Esta sazonalidade é com frequência responsável pela re-emigração, com indivíduos que já estiveram emigrados a optarem por períodos mais curtos de estadia fora do país.

Com a resolução dos problemas sócio-económicos e políticos de Angola e Moçambique, que agora se vislumbra, estes países poderão vir a ser de novo receptores preferenciais da emigração portuguesa, já existente ao nível de quadros superiores e empresas, na última década do século XX e no início do século XXI.

A segunda emigração

O ciclo migratório europeu nem sempre encontra no regresso o seu término. O retomar do processo emigratório surge associado às facilidades oferecidas pelos meios de transporte, ao conhecimento e experiências e à proximidade dos destinos. A re-emigração e a emigração parecem ganhar novo fulgor à medida que os anos da década de oitenta vão decorrendo. Os destinos preferenciais são agora a Suíça, a América do Norte e o Médio Oriente. O fluxo emigratório, ao longo da década de oitenta mantém-se muito significativo, na sequência do envelhecimento da população europeia, em especial a da Europa Central e do Norte, da integração de Portugal na União Europeia e das condições sócio-económicas e desequilíbrios regionais que persistem muito vincados na sociedade portuguesa. Deste modo, surgem canais alternativos para o escoamento da mão-de-obra portuguesa na Europa, como o confirmam as inscrições nos Centros de Emprego, ao longo da década de oitenta, com o aumento do número de candidatos à emigração.

A re-emigração surge da relação de forças entre duas áreas especialmente caras ao emigrante: o seu país, com o seu concelho de naturalidade ou residência, e a área de residência do país de acolhimento. O esbatimento da relação atracção-repulsão, que pode ter sido fundamental na opção de regresso, pode ser, também, significativa na vontade de, novamente, deixar Portugal: grande número de emigrantes perante as condições encontradas em Portugal (dificuldade no investimento das poupanças e na adaptação social, fracos rendimentos) retomam o ciclo migratório. Como foi dito atrás, a sazonalidade ou o

carácter temporário curto da emigração promove situações de segunda emigração. Por outro lado, também os descendentes de emigrantes determinam, quer maiores tempos de duração do período emigratório, emigrações definitivas, quer a re-emigração da 1ª geração, quando esta pensa que o processo de acompanhamento paternal não se encontra ainda concluído.

A re-emigração foi, também, muito praticada pelos retornados das ex-Colónias. Embora a maioria dos retornados não tenha voltado a sair de Portugal e alguns nem tenham usado Portugal como destino depois da sua saída de África, o retomar do ciclo migratório foi, também, uma opção para alguns, confrontados com notórias dificuldades na área de emprego: os seus destinos principais foram, então, a América do Norte, a América do Sul e a própria Europa Central. A re-emigração de retornados foi especialmente importante no período imediatamente posterior ao seu regresso compulsivo e uma parte significativa dessas re-emigrações foram, mesmo, definitivas, não só por motivos económicos, mas também por razões políticas, dada a instabilidade que caracterizou o pós 25 de Abril, em Portugal. Assim, embora se torne extremamente difícil uma análise da re-emigração, é por demais evidente que ela se efectua e é, mesmo, desejada por uma parte da população ex-migrante.

O impacto da sociedade estrangeira sobre o imigrante é mensurável através da opinião que este emite sobre uma eventual deslocação dos filhos para o exterior, como emigrantes.

As variações são evidentes e demonstrativas das dificuldades vividas no estrangeiro. Em inquérito efectuado em 1989, em concelhos do distrito de Viseu, apenas os retornados de Moçambique e Angola afirmam, em 37% e 36% dos casos, que aconselhariam os seus filhos a emigrar, o que se torna sintomático das facilidades de integração sentidas por estas populações. Em todos os outros grupos emigratórios se obtêm respostas afirmativas, mas nunca se atingem valores superiores a 20%, expressando-se desta forma a dificuldade de enraizamento nas sociedades receptoras, quando se inquire a 1ª geração de emigrantes.

Pode-se, todavia, salientar que, para alguns dos regressados, o ciclo emigratório não se encontra ainda fechado e a mobilidade geográfica e profissional pode ainda vir a sofrer alterações.

A difícil integração dos descendentes de emigrantes

À emigração portuguesa para a Europa está associado um outro fenómeno sociológico importante: o impacto da (e na) segunda geração de emigrantes.

No início da sua grande expansão (1963-1964), os movimentos intra-europeus dos portugueses revestiram-se de uma particularidade que, entre muitas outras características, importa salientar: a emigração era um fenómeno individual assumido geralmente pelo homem, chefe do agregado familiar, que partia sozinho para um dos países receptores de mão-de-obra. Todavia, a sua integração profissional e

até social na sociedade adoptiva, conjuntamente com uma remuneração que ultrapassava as suas expectativas, permitiram-lhe pensar num reagrupamento familiar. Compensação das saudades e da solidão, e possibilidade de duplicação do rendimento através da introdução da mulher na população activa, o reagrupamento familiar é encetado num segundo momento da emigração intra-europeia portuguesa tornando-se responsável pela saída, de Portugal, de um grande quantitativo de crianças. A estas juntam-se também importantes contingentes de crianças nascidas no estrangeiro, filhas de pais portugueses.

Durante a década de setenta, o país, com o encerrar do ciclo europeu de emigração do pós 2ª Guerra Mundial, recebe “um grande número de jovens provenientes do estrangeiro que, apesar da sua origem portuguesa, se apresentavam como uma população muito diversificada, quer pela experiência vivida anteriormente, quer pelas atitudes assumidas quanto ao regresso e permanência no país de origem dos seus pais” (ROCHA-TRINDADE, *et al.*, 1988, p. 159).

É a primeira geração que se apresenta disponível e incentivada para efectuar um investimento ou se fixar no país de onde há anos atrás partira. A segunda geração, ou mesmo uma terceira geração, não encontra o estímulo necessário à sua integração, numa sociedade que, ou lhe coloca frequentemente imensos obstáculos, ou é diametralmente oposta àquela onde habitualmente se integrava. Na realidade, as dificuldades burocráticas, a falta de informação e de apoio técnico, assim como de incentivos ao investimento, geralmente mais publicitados do que efectivamente usufruídos, somente são suplantados por um ainda grande enraizamento do indivíduo na sociedade de onde partiu, motivo determinante na escolha da área de implantação de um qualquer investimento por parte dos ex-emigrantes. Este cenário pouco atraente funciona como factor repulsivo para um grupo de regressados que não sentem as “amarras” das recordações de uma vida anterior ao momento de saída do país. São os filhos dos emigrantes, nascidos em Portugal ou não, que, perante uma situação de maioridade, abandonam, assaz vulgarmente, a terra de pais e avós, deslocando-se para áreas onde o ritmo de vida se coaduna com o que anteriormente experimentavam: “muitos jovens fogem para as praias e para os grandes centros, recusando a outra sociedade rural, tradicionalista, com forte controlo inter-familiar e inter-grupal”, (MARTINHO, 1984, p. 118) acabando mesmo por “re-emigrar”, agora possivelmente de forma definitiva⁵, e motivando, por vezes, também a emigração definitiva da 1ª geração. É assim que “as instâncias melhor conhecedoras do problema, designadamente internacionais, reconhecem na segunda geração uma identidade e um estatuto cultural que não é apenas o prolongamento dos seus ascendentes” (ROCHA-TRINDADE, *et al.*, 1988, p. 36). Este facto permite que, cada vez mais, se encontrem estruturadas, nos países

que serviram de grandes receptores de emigrantes nos anos sessenta e setenta, as condições para uma integração concreta e efectiva dessas populações.

Utilizando a mesma fonte atrás referida, qualquer que seja a área de destino do grupo focado, a importância percentual dos filhos de emigrantes nascidos fora de Portugal ultrapassa ou iguala os 60%. Da descendência total da população inquirida, 73,8% nasceu no estrangeiro, 15,5% tiveram um contacto directo com a emigração, pela sua participação no ciclo migratório, e apenas 10,7% manteve um contacto indirecto com a emigração pelo facto de terem permanecido em Portugal durante o período de emigração dos pais.

São os inquiridos de Angola e de Moçambique que detêm os valores máximos de filhos nascidos fora de Portugal, 78% e 84%, em virtude do carácter mais alargado da estadia, da não separação da família ou, como sucedeu frequentemente, da formação da família apenas no território receptor. Por outro lado, somente dois destinos apresentam participação directa dos filhos no ciclo migratório iniciado pelos pais: a França e o Resto de África (destinos que não os das ex-Colónias portuguesas).

DESTINOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

O destino dos emigrantes portugueses é espacialmente muito diferenciado em função da sua origem no território português. A França, a Alemanha, o Brasil, os EUA, o Canadá, a Venezuela, a África do Sul e a Suíça são os destinos preferenciais, embora diferenciados temporalmente.

O Brasil foi na primeira metade do século XX, e já no século XIX, como referido, o principal destino da emigração portuguesa. Todavia, após 1965, o número de portugueses a deslocar-se para o Brasil diminui drasticamente. Fecha-se o ciclo transoceânico e inicia-se o ciclo intraeuropeu. Os concelhos que mais residentes vêm partir são os do Norte e Centro do País, particularmente os núcleos concelhios de Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros e Vinhais; Ponte de Lima, Barcelos, Póvoa do Varzim e Fafe; mais a sul, Baião, Arouca, Feira, Cinfães, Castro Daire e Viseu; na Madeira, Funchal e Machico.

Relativamente à Venezuela, o outro destino preferencial da emigração portuguesa na América do Sul, o número máximo de emigrantes saídos por ano foi de aproximadamente 6000 (década de sessenta). E se, no caso do Brasil, um grande número de concelhos contribui com quantitativos significativos de emigrantes, no caso da Venezuela esse número é muito mais reduzido e a sua espacialidade muito mais circunscrita. É a região de Aveiro que detém o maior número de residentes que partiram para a Venezuela, logo seguida pelo Porto e ainda por alguns concelhos, também litorais, de Coimbra, como Mira e Cantanhede. Nas Regiões Autónomas, a Madeira, principalmente o sul da ilha, apresenta igual importância para o contingente total de portugueses residentes na Venezuela.

⁵ Em alguns casos, o que sucede na realidade é que alguns regressam ao país de origem.

Quanto à América do Norte, Canadá e EUA são os destinos preferenciais, sendo este o que abarca maiores quantitativos emigratórios. Com valores rondando os 3 a 4 milhares/ano até 1965, atinge neste ano o valor máximo de 13 000 emigrantes, mantendo-se o contingente com valores elevados durante cerca de dez anos e retomando posteriormente os valores anteriores a 1965. Quanto às áreas de partida, pode-se apontar todo o litoral a Norte de Lisboa, o corredor Aveiro, Viseu, Guarda e ainda o Norte Transmontano, principalmente o distrito de Vila Real (Fig. 2), e ainda as Regiões Autónomas. Os concelhos com maiores quantitativos de emigrantes ao longo dos anos 1950, 1960, 1970, são os de Lisboa; Chaves; Penalva do Castelo, Mangualde e Gouveia; Murtosa, Aveiro e Ílhavo; Alcobaça e Caldas da Rainha.

Por seu turno, o Canadá (Fig. 3) atinge valores máximos em 1974, já depois do grande surto emigratório português. Os Açores (S. Miguel e Terceira principalmente) são uma das áreas que mais residentes vê partir para o Canadá. Todavia, no Continente, embora com quantitativos reduzidos, também Viana do Castelo (no Norte), Covilhã, Fundão, Leiria, Batalha, Porto de Mós (no Centro), Ourém, Peniche, Bombarral, Caldas da Rainha, Lourinhã, Lisboa, Oeiras, Loures (no Vale do Tejo), Faro e Loulé (no Algarve), são concelhos com alguma representatividade na emigração para o Canadá.

O Continente Africano também foi um destino de acolhimento de população emigrada portuguesa. Para além das ex-Colónias, para a África do Sul partem quantitativos significativos de Lisboa, Loures e Cascais; do Grande

Porto; da Região de Aveiro e dos concelhos de Tondela e Ansião, com um máximo de saídas do País em 1966/67, com 5000 indivíduos.

A emigração intra-europeia tem na Alemanha (Fig. 4) e na França os seus principais destinos. No caso da Alemanha, os quantitativos máximos anuais acontecem em 1970 e em 1973, ano em que os valores sobem acima dos 30 000 indivíduos. Os concelhos de Lisboa, Cascais e Loures continuam a ter grandes percentagens de emigrantes para a Alemanha, como para outros destinos, mas também Leiria, Pombal e Viseu, na Região Centro, e Braga e Guimarães, na Região Norte, apresentam quantitativos significativos. Uma análise das características dos concelhos com mais emigrantes para a Alemanha evidencia que são centros urbanos importantes que os fornecem. Tal facto relaciona-se com as características da mão-de-obra solicitada pelos alemães — predominantemente ligada ao sector secundário — e com um maior controlo sobre a clandestinidade; o que se veio a reflectir, também, no encerrar do ciclo migratório com grandes percentagens de regressos de emigrantes portugueses que viviam na Alemanha. Mas a França é o país que consegue atrair os maiores quantitativos de população e mão-de-obra originária de Portugal.

O destino preferencial da emigração portuguesa: a França

Na emigração intra-europeia, a França assumiu importância significativa, colocando-se em posição de

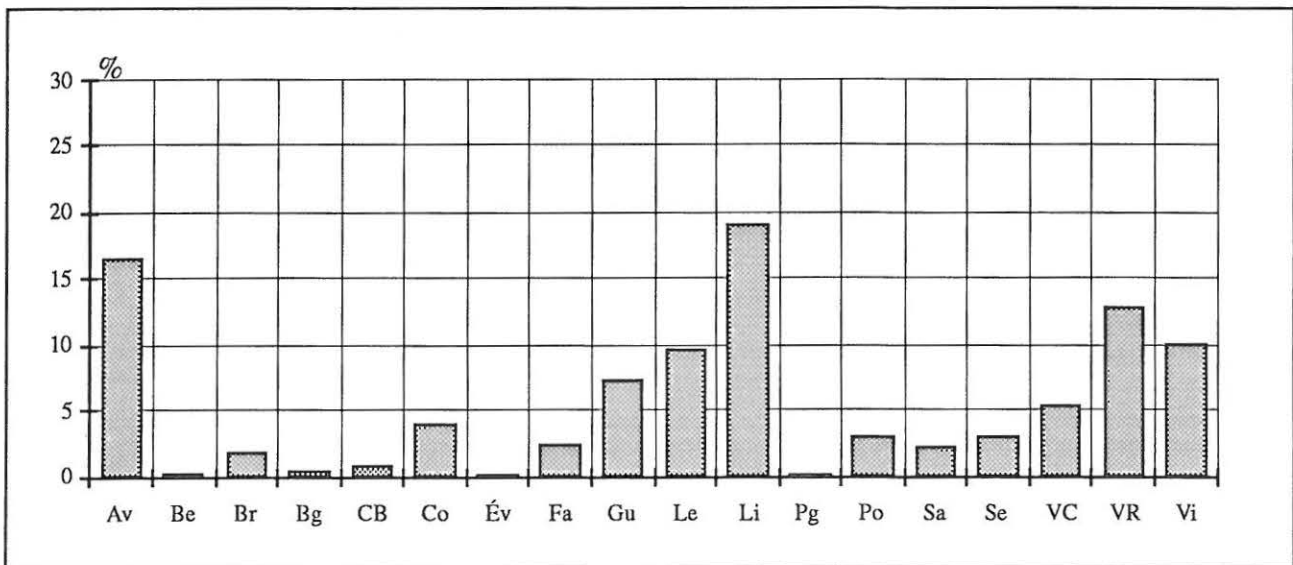


Fig. 2 — Emigração para os Estados Unidos da América no período entre 1966 e 1988

Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - *A emigração portuguesa*.

Dados estatísticos 1966-1988, Lisboa

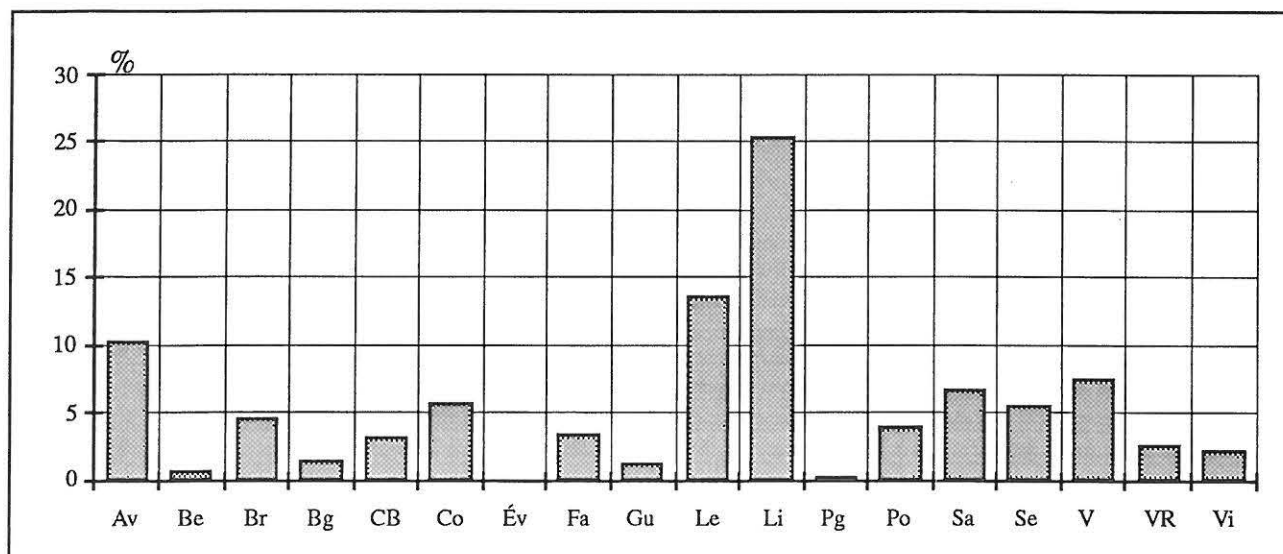


Fig. 3 — Emigração para o Canadá no período entre 1966 e 1988
 Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - *A emigração portuguesa*.
 Dados estatísticos 1966-1988, Lisboa

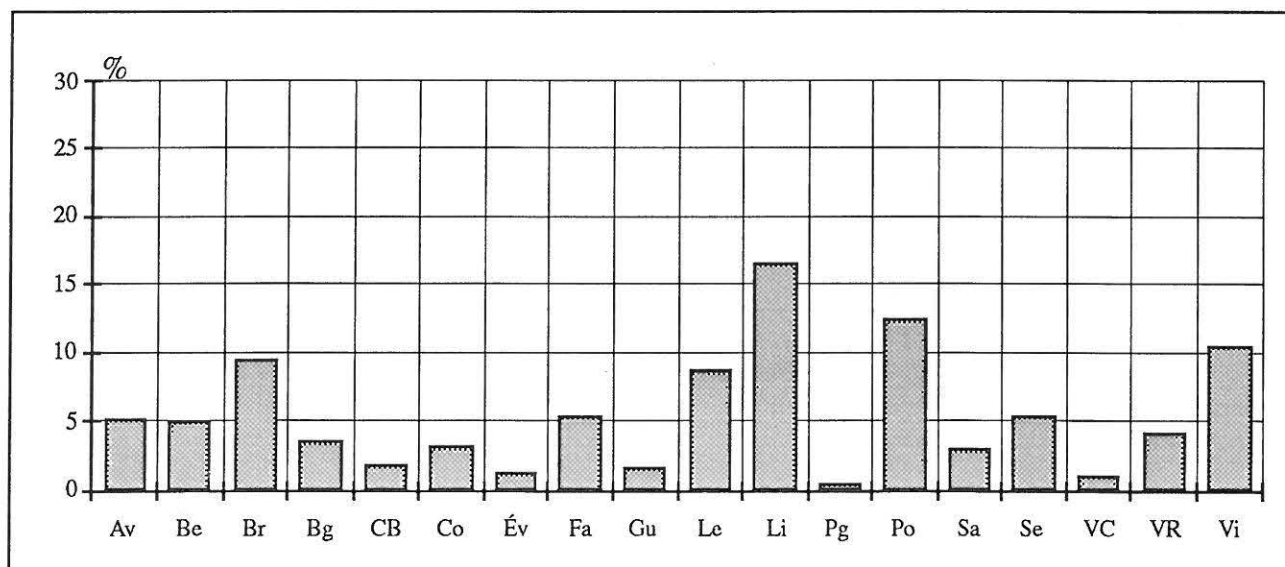


Fig. 4 — Emigração para a República Federal da Alemanha no período 1966 e 1988
 Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - *A emigração portuguesa*.
 Dados estatísticos 1966-1988, Lisboa

destaque como país de acolhimento de população emigrante portuguesa.

A preferência por terras gaulesas foi motivada pelas características sócio-profissionais da população predisposta a emigrar, predominantemente do sector primário

— pelo menos, numa primeira fase emigratória —, e pelas necessidades de mão-de-obra do país de acolhimento: esta pretendendo-se em quantidade e de preferência sem especialização, com poucas exigências quer ao nível da segurança social quer em salários. A proximidade do

destino e a imagem de sucesso transmitida à comunidade de partida foram igualmente factores muito importantes, como aliás também aconteceu com a Alemanha.

A França, empenhada na reconstrução da sua economia, necessitada de mão-de-obra, recrutava-a nos países do Sul da Europa e do Norte de África. No caso português, as saídas sucediam-se com frequência através do “engajamento” clandestino de trabalhadores, o que os confrontava ainda com maiores dificuldades. As pressões diversas, abusivamente usadas como forma de persuasão perante atitudes reivindicativas, repercutiram-se frequentemente no carácter socialmente menos prestigiado da actividade profissional ou na remuneração menos justa pelo trabalho prestado. Em todo este processo, e com uma postura de resignação a condições de vida pouco dignas, os emigrantes portugueses estiveram entre aqueles que melhor se adaptaram às comunidades a que passaram a pertencer, conseguindo uma valorização social e económica que fomentou os grandes quantitativos de remessas efectuadas.

A França surge para o emigrante português como o destino preferencial da emigração legal (Fig. 5) mas também da clandestina e, se em Portugal os quantitativos de emigração para França (49,9% do total) (ARROTEIA, 1984, p. 11) estão num primeiro plano, estes são ainda ampliados quando contabilizados conjuntamente com a emigração clandestina. Mesmo na década de oitenta, “entre as populações europeias, a imigração recente é representada pelos portugueses” (GEORGE, 1986, p. 40). Embora recentes, as saídas para França tomaram proporções particularmente amplas, correspondendo, ainda em 1982, após o regresso de um número considerável de portugueses, à nacionalidade

estrangeira com maior representatividade neste país (GEORGE, 1986, p. 19 e 20).

A distribuição geográfica dos indivíduos faz-se por imposição de um conjunto de relações familiares e de amizade que originam a concentração dos emigrantes em áreas preferenciais (Fig. 6) e onde a imagem de sucesso do emigrante no local de partida também é importante. A percentagem de portugueses por departamento francês, relativamente à população residente de cada departamento, identifica toda a França Central, a Norte do Maçico Central, especialmente a grande Bacia Parisiense como atractiva para a população emigrante portuguesa, enquanto o Midi e a Bretanha se identificam como sendo as regiões menos atractivas. Por seu lado, o norte, grande centro da indústria pesada do capitalismo industrial (Lille, Roubaix, Tourcoing) e toda a costa banhada pelo Canal da Mancha (Caen, Le Havre, Amiens, Calais, Dunkerque) apresentam valores pouco significativos.

Efectivamente, apenas o departamento dos Pirinéus Atlânticos (Pyrénées Atlantiques), sediado em Pau, apresenta uma percentagem de portugueses, na população residente, superior a 2%. Este valor está directamente dependente da sua situação geográfica de passagem para regiões mais a Norte. Com valores menores, mas formando um conjunto espacialmente contínuo, aparecem a Gironde (Bordeaux) e Landes (Mont-de-Marsan), únicos focos de implantação de portugueses de toda a costa Ocidental francesa.

Mas as grandes concentrações de portugueses tomam lugar mais a Norte. A região de Paris apresenta os valores máximos de fixação em departamentos como Eure-et-Loir

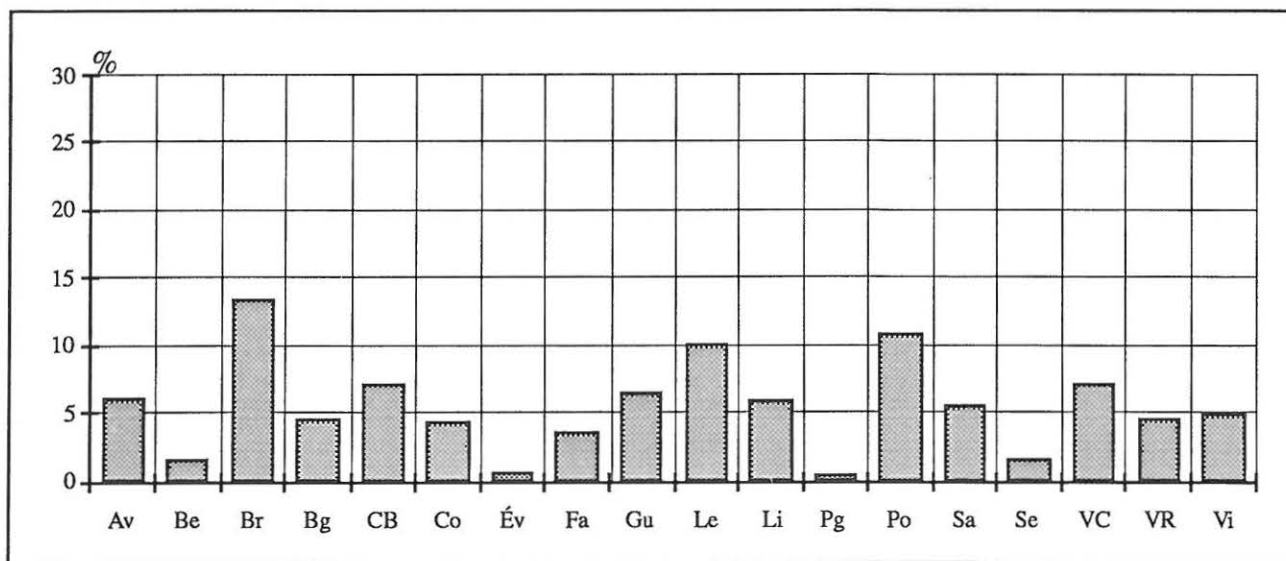


Fig. 5 — Emigração para França no período entre 1966 e 1988
 Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - *A emigração portuguesa*.
 Dados estatísticos 1966-1988, Lisboa

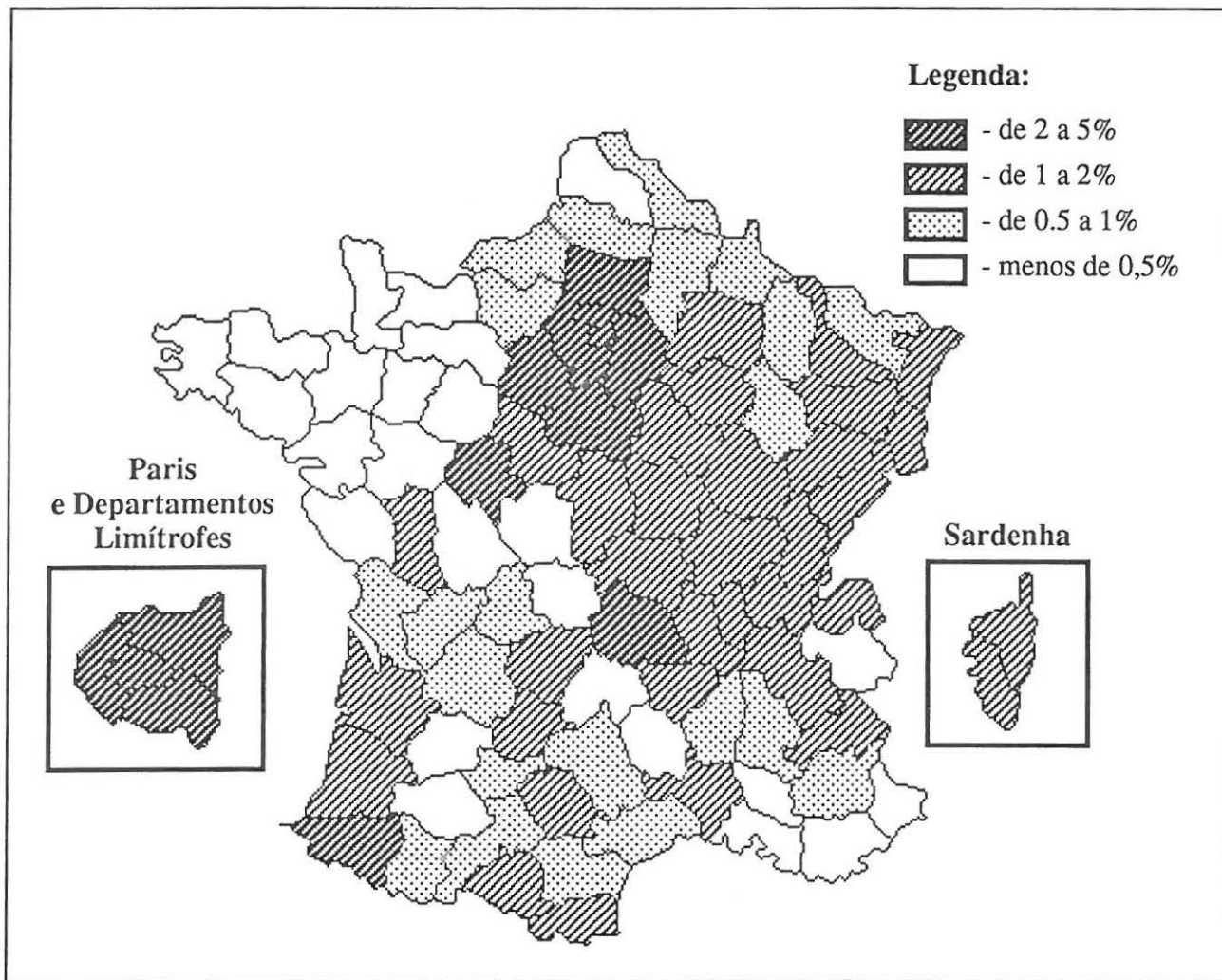


Fig. 6 — Repartição dos emigrantes portugueses por departamentos, em percentagem do total da população residente.

Fonte: GEORGE, 1986, p. 70 (Escala - 1:1200000)

(Chartres), Loint (Orleans), Seine-et-Marne (Melun), Yvelines (Versailles), Oise (Beauvais), Val-de-Marne (Créteil), Ville de Paris, Hauts de Seine (Nanterre) e Seine-Saint-Denis (Bobigny), todos com uma percentagem de portugueses que varia entre 2 e 5 %, relativamente à população residente.

Outras concentrações importantes aparecem em Indre-et-Loire (Tours), a Sul da região parisiense, e em pleno Maciço Central Francês um único departamento detém valores superiores a 2% de portugueses; trata-se de Puy de Dôme (Clermont Ferrand).

Em Portugal, e particularmente na Região Centro do País (Fig. 7), é notória a influência de França nos destinos geográficos da população emigrada. Da totalidade de

concelhos desta Região, apenas 8 apresentam máximos de emigração para a Alemanha e 4 para a Venezuela, tendo todos os restantes, 55 na sua totalidade, a França como país de acolhimento. De referir ainda que, dos cinquenta e cinco concelhos referidos, trinta e dois deles apresentam mais de 50% de emigrantes que se deslocaram para França. Para além disto, se analisarmos qual o segundo país de destino dos emigrantes dos 12 concelhos que apresentavam máximos de emigração para a Alemanha e para a Venezuela, verificamos que é a França que ocupa sempre esse lugar, o que é demonstrativo da sua importância.

Segundo o estudo de ROCHA-TRINDADE (1988), os alunos de todos os concelhos da Região Centro estabelecem apreciáveis relações com a França, quer através de

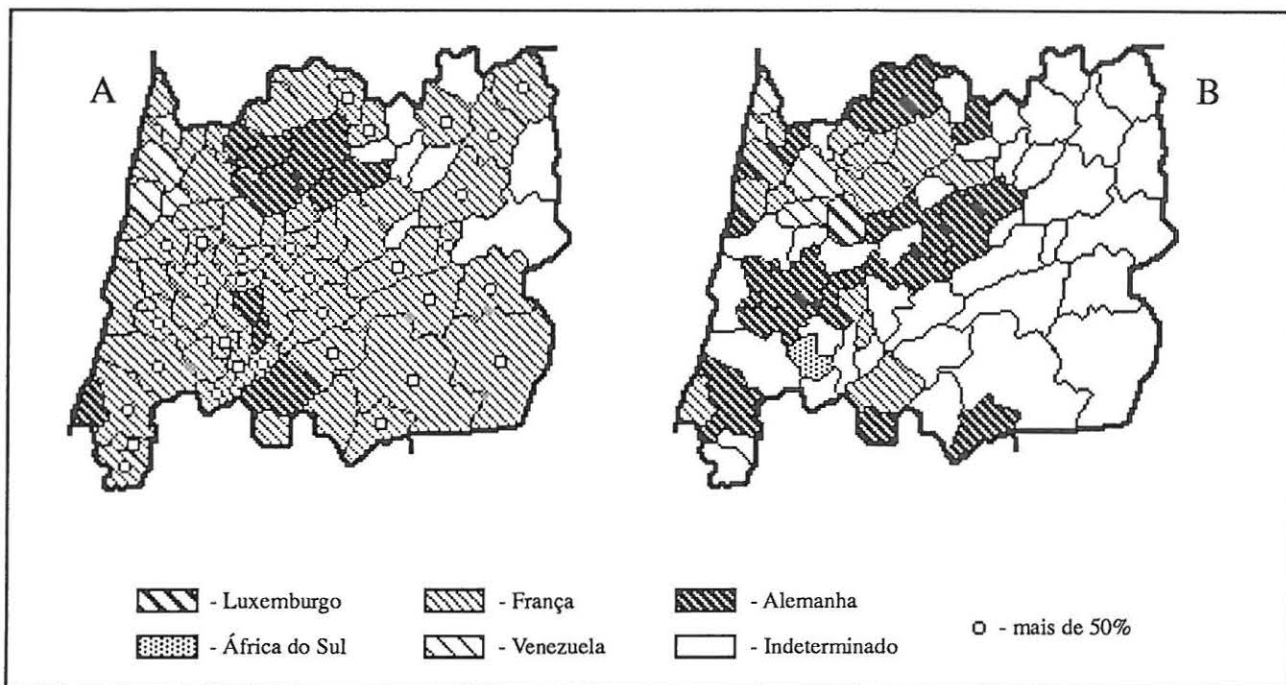


Fig. 7 — Destinos de emigração do pai na população escolar directa e indirectamente ligada à emigração.

A — País com maior ocorrência no concelho;
 B — País com a segunda maior ocorrência no concelho.

Fonte: ROCHA-TRINDADE, 1988

familiares emigrados, quer pela vivência, ainda que temporária, no estrangeiro ou mesmo de uma naturalidade francesa, quer ainda pelo fechar do ciclo migratório familiar, com o regresso definitivo dos pais.

Emprego e mobilidade profissional

A agricultura, a declaração de ocupação e os não activos (donas de casa, jovens, estudantes, e actividades mal definidas) foram referências muitas vezes repetidas entre os emigrantes legais portugueses, no momento da partida. Correspondiam estas actividades àquelas que tinham os mais baixos índices de remuneração, conjuntamente com as mais difíceis condições de trabalho: a declaração de ocupação correspondia, mesmo, a situações que incluíam desde o subempregado ao não remunerado, geralmente vinculado a explorações familiares, ao estudante ou à dona de casa. E se, em alguns casos, o emigrante mantém a actividade que exercia em Portugal, numa boa parte, a mobilidade espacial encetada provoca a mobilidade profissional.

O emigrante português conseguiu alcançar, em termos de emprego e de uma forma generalizada, uma melhoria da sua situação no país de acolhimento pelas suas capacidades de trabalho. Tendo saído do país frequentemente como

clandestino, teve que aceitar empregos pouco condizentes com as suas expectativas e isso motivou um aumento da sua mobilidade profissional. Enquanto a carta de trabalho e a carta de residência não fossem obtidas, o seu estatuto implicava a submissão a qualquer exigência patronal, o que os levou a aceitar situações dificilmente consentidas nos seus países de origem. Note-se, no entanto que, para muitos, essas situações não eram muito diferentes das que tinham na sua terra natal. É óbvio que a autorização de residência colocava o emigrante numa situação de maior segurança e confiança que resultavam na procura de melhores condições de vida: emprego melhor remunerado ou ascensão na hierarquia profissional da firma em que já se integrava.

Assim, um grande número de portugueses emigrados teve mais do que uma actividade enquanto no estrangeiro, não sendo insólitos os casos de duplo emprego, pelo menos em algumas alturas do ano, combinando o emprego numa fábrica ou instituição pública com qualquer tipo de serviço pessoal, geralmente ligado, entre outras actividades, às lides domésticas, à jardinagem, às actividades de motorista a tempo parcial, entre outras.

Outro dado adquirido é o referente à emigração da família directa do emigrante. Quer se trate apenas da mulher ou da mulher e dos filhos, verifica-se um

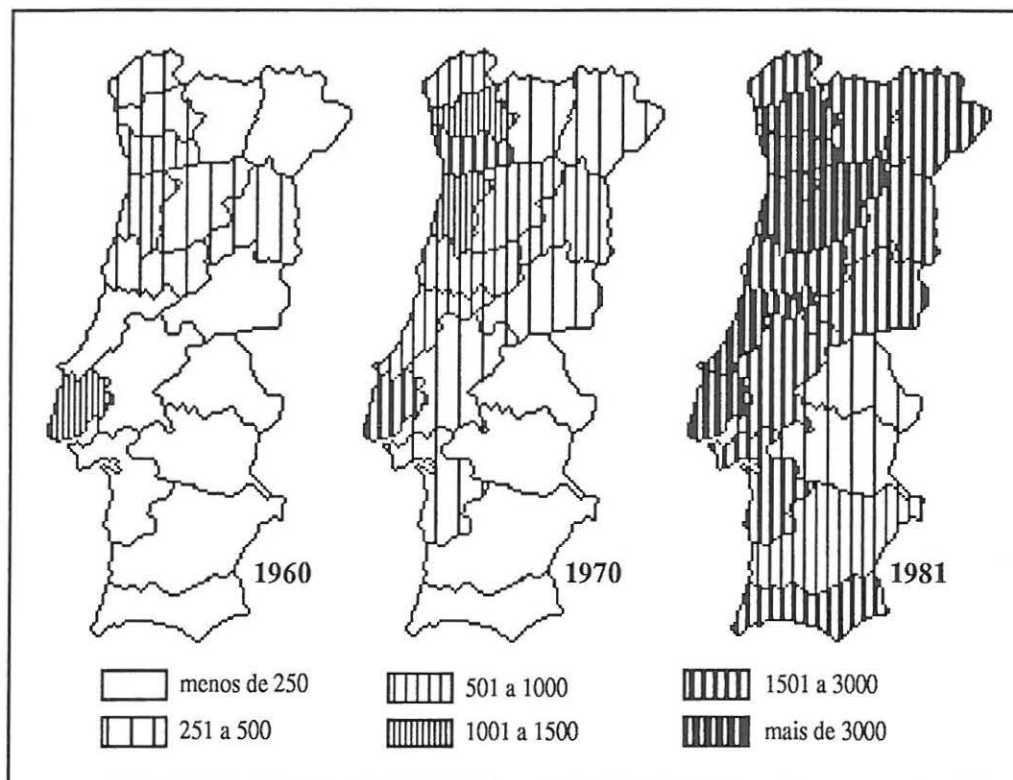


Fig. 8 - Número de regressos entre os anos de 1960, 1970, 1981.

Fonte: CÓNIM, Custódio, 1986 em SANTOS, 1990

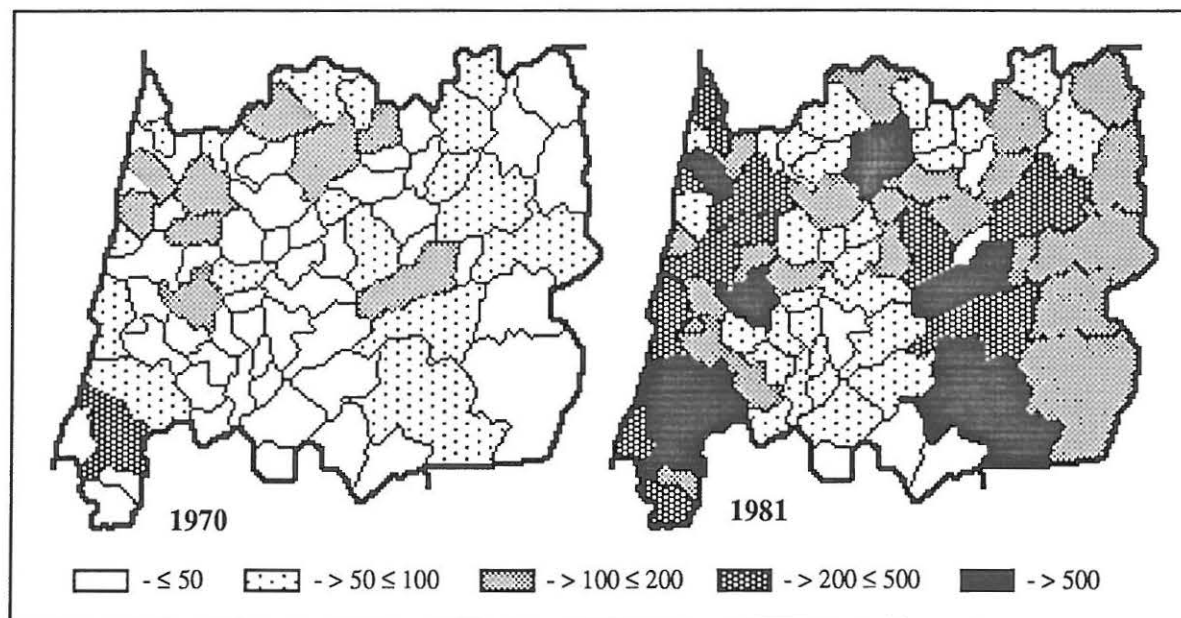


Fig. 9 - Quantitativo de população emigrada que regressou a Portugal (1970 e 1981)

Fonte: SANTOS, 1991

emigratório — adaptado a uma vivência quotidiana com horários, tarefas e percursos bem definidos —, altera com frequência o seu estilo de vida, passando este a ter características predominantemente rurais, embora agora com outra mobilidade, tanto espacial como profissional e, mesmo, de investimento. Surgem agora relações mais frequentes com a vila ou com a cidade próximas, não apenas em torno de serviços públicos (Saúde, Educação, Administração) — processo de reprodução social também fomentado —, mas mais pela procura de serviços privados e bens de consumo duráveis. De facto, se o emigrante regressado altera substancialmente o seu estilo de vida, aproximando-se mais daquela que tinha antes da partida, na realidade, as modificações entre os dois momentos são de realçar. O modo de vida mais sedentário, o trabalho no campo, o menor cuidado com o vestuário não representam, de facto, um regresso ao modo de vida que tinham antes de emigrar, apenas a opção por algo que sendo-lhes caro utilizam e integram na vida do seu dia-a-dia, a par com a utilização de electrodomésticos de cozinha ou lazer, com as idas ao café, com os passeios de automóvel, em suma, com um estilo de vida onde o trabalho deixa de ser preocupação exclusiva.

Os concelhos predominantemente rurais apresentam alterações que se expressam, por exemplo, na dieta alimentar da população e nas estruturas domésticas e comerciais a elas associadas. Na prática, estas modificações resultam sobretudo do contacto com novos produtos, comércio e serviços e da capacidade monetária adquirida, promotora de um consumo que se traduz, normalmente, numa melhoria substancial da qualidade de vida.

Uma modificação significativa, porque parte importante do dia-a-dia da população, verifica-se na estrutura funcional da cozinha. A lareira permanece como parte integrante de qualquer cozinha de emigrante ou emigrante regressado, já que continua a funcionar como principal fonte de aquecimento e de utilização da lenha disponível. Mas, a par da lareira, surge o fogão a gás e eléctrico, em conjunto ou não com o fogão a lenha, o frigorífico e a arca frigorífica. Estes aparelhos motivaram usos e aproveitamentos de tecnologias domésticas então ainda pouco em voga nos meios rurais portugueses.

Se a lareira continua a constituir uma opção, a sua utilização representa a constatação, por parte do emigrante, do seu valor em termos culinários e de conforto. Todavia, as imposições da integração na sociedade moderna e os horários escolares e laborais, tornam o fogão a gás ou eléctrico muito mais prático e rápido. Por seu turno, os aparelhos de refrigeração e congelação contribuem, de forma mais decisiva ainda, para a alteração dos hábitos alimentares. Efectivamente, a possibilidade de preservação de alimentos, como a carne verde e o peixe, permite uma menor utilização da “salgadeira” e das carnes salgadas, das carnes secas e dos fumados — estes ligados à lareira — que, contudo, não desaparecem dos hábitos alimentares do emigrante e da população em geral, continuando como uma das suas principais dietas.

As mudanças assumidas pelo emigrante dependem, também, da melhor informação a que o emigrante e a população de uma forma geral tem acesso. Como exemplo, pode-se referir a diminuição do consumo de vinho, e a sua frequente proibição aos mais jovens, embora surjam consumos alternativos, como é o caso do da cerveja, adquiridos, em parte, pelo contacto com as sociedades da Europa Central.

Embora não exista um corte entre as dietas alimentares anterior e posterior à emigração, já que a base é a mesma, as técnicas de confecção, fruto dos utensílios utilizados, são agora mais variadas. O poder de compra faculta uma situação típica de sociedade de consumo, muito diferente da situação de subsistência vivida antes da emigração, contribuindo, assim, para a diversificação de alimentos: salienta-se o uso de maior quantidade de carne de gado bovino, de peixe e de produtos derivados do leite.

Outra alteração significativa foi a da estrutura diária das refeições, por influência dos horários de uma vida quotidiana mais urbanizada, numa categoria social em que a agricultura passa a funcionar como actividade residual. O almoço a meio da manhã — a merenda —, tal como o lanche, a meio da tarde perdem importância. Os hábitos de alimentação da população urbana são valorizados, devido a uma integração profissional que impõe horários com uma organização temporal diferente daquela que existia e existe entre os trabalhadores agrícolas.

O poder económico, e as modificações na estrutura profissional determinam as grandes mudanças no regime alimentar dos emigrantes regressados. No entanto, é preciso não esquecer também que a difusão de informação e o maior esclarecimento acerca dos produtos alimentares têm vindo a permitir que a população regressada a espaços rurais e a restante população rural tenham, actualmente, um melhor regime alimentar.

O investimento de emigrantes regressados

Por intermédio de inquérito efectuado em três concelhos da Região Centro, verificou-se que o comércio foi a opção de investimento mais valorizada pelos emigrantes regressados. Um levantamento, não exaustivo mas representativo (75 a 80%) num concelho da Região Centro, permitiu-nos identificar a seguinte distribuição: 27,8% no comércio, 25,9% em cafés, pastelarias e restaurantes, 16,7% na construção civil, 11,1% na indústria transformadora, 11,1% em serviços e 7,4% na pecuária.

Existe, ainda, um significativo investimento na compra de terrenos, utilizados para a construção de habitação, mas também para explorações agrícolas familiares. Efectivamente, embora o investimento produtivo no sector primário seja muito pequeno e na agricultura não exista⁹, uma quota parte do investimento total efectuado é para ela dirigido, ainda que de forma indirecta. A grande procura

⁹ Entre os emigrantes regressados inquiridos.

de terrenos provocou uma subida de preços que atingiram valores muito aproximados aos praticados em áreas urbanas. Por outro lado, e perante a tomada de conhecimento, pelo emigrante, da existência de técnicas de aumento de produtividade e rendimento agrícolas, há um investimento, muito frequente, em tractores, motocultivadores e nas mais variadas alfaias agrícolas. Porém a sua taxa de utilização é bastante baixa, provocando uma rendibilidade muito fraca do investimento. Isto é o resultado e a prova da conservação, após o regresso definitivo, do individualismo que caracterizava a população no período anterior ao fluxo intra-europeu. Todavia, julgamos que a vulgarização de adubos e fertilizantes, embora passe pela evolução dos meios de comunicação (TV e Rádio), pela expansão do comércio (através da sua disseminação em espaços rurais) e pelos instrumentos de promoção institucional do Estado¹⁰, passa também pela influência dos emigrantes, como consumidores desses produtos

A aplicação das economias dos emigrantes investidores parece não privilegiar a opção pelos depósitos bancários. Contudo, este resultado parece advir da omissão de informação por parte dos inquiridos. Sem dúvida alguma, a emigração teve como implicação directa nas populações rurais a maior utilização dos serviços bancários, até então não procurados. A colocação de remessas em Portugal era, na maioria dos casos, o resultado de transacções bancárias, abertas para o efeito. Daí que seja improvável que, após o regresso, o emigrante tenha decidido deixar de fazer uso das instituições bancárias e do rendimento de juros que elas facultam. Considere-se ainda, nesta ordem de ideias, a predisposição da população rural para amearhar um “pé-de-meia” que continua a ter como objectivos fundamentais prevenir a velhice, pagar os gastos de uma doença súbita ou, mesmo, custear as despesas com a sua “última morada”. As reservas bancárias destinam-se agora, também, a outros fins como a compra de carro particular, de electro-domésticos variados, de casa própria, a educação dos filhos, a prevenção de dificuldades futuras. Assim, embora os emigrantes regressados titulares de depósitos bancários sejam apenas 12,5%, de acordo com os depoimentos recolhidos, este número reflecte o enraizamento, no espírito das pessoas, das preocupações de sigilo relativamente às suas poupanças.

A construção de casa própria, principal marca do fenómeno emigratório na paisagem, é, de todos os investimentos efectuados, aquele que é responsável pelas maiores alterações na qualidade de vida das populações. Recorde-se que, ao falarmos das modificações dos hábitos alimentares, se salientou, desde logo, que a alteração da cozinha representa um passo importante nessa melhoria de qualidade de vida.

Muito significativas são as alterações referentes ao número e características das habitações construídas.

¹⁰ Pressupõe-se o aumento da alfabetização e da escolaridade, assim como a criação de organismos regionais de apoio ao desenvolvimento e difusão das técnicas agrícolas e de formação profissional dos agricultores.

Numa primeira fase, a habitação é construída à imagem da antiga casa rural, ao nível do solo, mas com novos materiais de qualidade duvidosa, e desintegrados sócio-espacialmente. Cores garridas, azulejos variados no revestimento exterior, alumínio, persianas de cores diversas, algum desacompanhamento da obra por parte do emigrante e o pouco profissionalismo de alguns empreiteiros, transformaram rapidamente essas “casas novas” em casas degradadas, tanto mais que uma boa parte delas só um ou dois meses por ano eram ocupadas.

Numa segunda fase, a casa do emigrante é já o resultado de uma aculturação sofrida em terras estrangeiras: mantendo algumas das características negativas dos materiais do período anterior, as construções são agora maiores — com as da primeira fase a sofrerem frequentemente ampliações e reformas, até porque os materiais utilizados não terão sido os mais adequados e a sua deterioração foi muito rápida — e apresentam linhas arquitectónicas pouco usuais até então. É o caso das diferentes águas dos telhados, da inclinação pronunciada destes, dos redondos das portas, janelas e paredes, das grandes áreas envidraçadas, do “enterrar” da casa com a formação de um andar, ou parte dele, abaixo do nível do solo. Se bem que muitas destas características possam já estar presentes na arquitectura urbana, as combinações efectuadas pelos emigrantes são, muitas vezes, bizarras e insólitas.

Não se pretende, de facto, criticar as construções dos emigrantes. Na realidade, há que afirmar que a construção de casa própria é um dos aspectos mais significativos da emigração portuguesa, no seu contributo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Elas são o reflexo de muitos factores de que os emigrantes são apenas uma permissa, revelando, em algumas situações, uma capacidade de resposta, em termos de integração arquitectónica, muito adequada: desde a recuperação de imóveis antigos, à construção de casas perfeitamente integradas no parque habitacional da região, até casas de linhas arquitectónicas simples e bem conseguidas ou arrojadas, mas de bom gosto evidente, com a utilização de materiais de boa qualidade e adequados ao fins em causa, tudo isto podemos encontrar no parque habitacional directamente relacionado com a emigração portuguesa.

Esta evolução parece, pois, remeter para uma aprendizagem e uma aculturação bem sucedida e de que resultou uma maior compreensão e integração efectiva, por parte do emigrante, de dois mundos tão díspares como a região onde vivia antes de emigrar e a área, ou áreas, onde se implantou no estrangeiro.

CONSEQUÊNCIAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

A emigração é apresentada geralmente como sendo um processo dual. Apontada, por uns, como sendo factor de desenvolvimento económico é vista, por outros, como

uma dificuldade acrescida para esse desenvolvimento ou, ainda, como mero factor de desenvolvimento social e cultural. Todavia, perspectivado como um fenómeno cíclico (período pré-emigratório, emigração e regresso) o processo migratório implica a existência de factores positivos e negativos de cuja combinação resulta um saldo favorável ou desfavorável. Este depende ainda, de outros movimentos e da capacidade de valorização das potencialidades da população emigrada ou regressada nas diferentes regiões, o que, em primeira análise, se relaciona com as características endógenas dos territórios. É inegável que a emigração funcionou, e continua a funcionar, como motor de desenvolvimento social e cultural do país, mas também é plausível afirmar que, pelo menos a nível local, e por vezes a nível regional, a emigração é simultaneamente responsável pelo crescimento e valorização económicas.

De facto, o fenómeno da emigração tem que ser enquadrado em espaços específicos onde as potencialidades identificadas podem ser problemas de desenvolvimento ou crescimento noutros espaços. Contudo, de uma forma generalizada, podem-se salientar os seguintes aspectos:

a) o funcionamento da emigração como canal de escoamento de activos, originando por vezes situações de carência de mão-de-obra principalmente nas áreas do interior onde se combinavam uma forte emigração e um não menos importante êxodo rural;

b) o envelhecimento da população portuguesa, tanto no topo como na base da pirâmide etária. Os portugueses que passam as fronteiras, legal ou clandestinamente, são maioritariamente jovens e adultos jovens provocando uma diminuição destes no total de população e o envelhecimento da população. Por outro lado, se, na década de sessenta, a emigração era predominantemente individual, permanecendo em Portugal o cônjuge, geralmente o feminino, e os filhos do emigrante, mantendo-se, por isso, um certo equilíbrio na estrutura etária, durante a década de setenta começou a efectuar-se uma emigração familiar e um reagrupamento familiar no estrangeiro. Isto provocou, conjuntamente com os grandes quantitativos de emigrantes, um desequilíbrio na estrutura etária que quase duplicou o seu índice de envelhecimento nas áreas de maior emigração. Por exemplo, no caso de Viseu, distrito com grandes contingentes emigratórios, o índice de envelhecimento que era de aproximadamente 17% em 1940 e de 22% em 1960, apresenta em 1981 um valor superior a 35%, resultante do decréscimo do índice de envelhecimento na base, fruto de novas atitudes no respeitante à natalidade, mas também o resultado da saída de muitas crianças e de muitos adultos, com uma conseqüente redução da taxa de natalidade. Por outro lado, o índice de envelhecimento no topo corresponde a uma tendência geral de aumento da esperança de vida das populações ampliada, em Portugal, pelo fenómeno emigratório. Daqui resulta que o coeficiente de dependência ou a quantidade de população dependente (indivíduos menores de 15 anos e com mais de 64 anos) em relação à potencialmente activa atinge expressões preocupantes;

c) a diminuição da relação de substituição, uma vez que são fundamentalmente os jovens e adultos jovens que emigram, daí resultando um acréscimo relativo do número de activos com mais de 39 anos. Estabelece-se, por isso, um vazio na massa de população que deveria constituir os adultos activos jovens, com a diminuição dos potenciais de população activa que, funcionando como recurso, se apresenta como um factor de estagnação do desenvolvimento;

d) a dificuldade de aplicação de conhecimentos técnico-profissionais adquiridos no estrangeiro, devido à parcelização dos mesmos, ou à impossibilidade de integração de tais conhecimentos no sistema produtivo onde o emigrante regressado se insere. São de valorização efectiva apenas aqueles que se integram numa actividade exercida anteriormente pelo emigrantes, podendo, nesse caso, funcionar como aperfeiçoamento de uma actividade de que conheceu todo o processo de produção;

e) a incompatibilidade entre o investimento e as capacidades monetárias do emigrante que, por isso, recorre à formação de sociedades e que dificulta os propósitos dos emigrantes mais activos e inovadores, que poderiam ter com maior frequência um papel relevante no desenvolvimento local e mesmo regional;

f) a falta de apoios técnicos, administrativos e financeiros aos projectos dos emigrantes que se deparam com dificuldades várias na formação das suas empresas e na constituição de um quadro de pessoal qualificado; a complexidade e o adiamento na formação de instituições de apoio financeiro e logístico continuam a ser uma dificuldade ao processo de desenvolvimento;

g) a conservação da atitude individualista que o emigrante possuía antes da emigração e que dificulta a formação de sociedades de investimento ou a rendibilização dos recursos, quer seja pela sub-utilização de maquinaria que é adquirida como forma de investimento, quer seja pela deformação de alguns dos sectores do mercado, como acontece com a construção civil e o solo periurbano ou rural, cujo valor é muito inflacionado devido a atitudes pouco condizentes com a melhor rendibilização do investimento. Este investimento é, de facto, raramente produtivo e resume-se apenas a uma produtividade indirecta ou em bens duráveis;

h) o adiar dos problemas da economia portuguesa pela diminuição da pressão sobre os factores de produção, o que transmite uma ideia de equilíbrio e desenvolvimento sócio-económico irreal. De facto, a par das alterações da estrutura activa da população, da diminuição do desemprego, do aumento dos salários, surgem grandes deficiências de infraestruturas, básicas e de apoio à produção e serviços, de que resulta o avolumar das assimetrias regionais e a incipiência do investimento e crescimento industrial (saliente-se, a este propósito, a importância da indústria como multiplicador do crescimento).

Não obstante as dificuldades apontadas, o fenómeno emigratório também surge positivamente associado ao

processo de desenvolvimento regional e local. Considera-se, assim:

a) a modernização e a alteração das atitudes e do estilo de vida das populações, pela difusão da aculturação sofrida e pela motivação de novos comportamentos e novos investimentos. Embora de formas incompletas e, por vezes, pouco coadunadas com a realidade sócio-cultural portuguesa, o emigrante capta no país de destino, um conjunto de valores, de hábitos, de novos comportamentos, que pretende imitar e que transfere, se bem que filtrados pelo seu próprio conjunto de valores e experiência de vida, para a sua comunidade ou mesmo sociedade de origem. Este facto, conjuntamente com o aumento do poder de compra e novos padrões de consumo, coloca o emigrante e o emigrante regressado numa posição de destaque, quer devido à transmissão de uma imagem positiva, quer devido a uma imagem depreciada, em qualquer caso, implicando uma atenção especial aos seus comportamentos e acções. A sua maneira de estar, a exteriorização do aumento de rendimentos, os investimentos que efectua permitem-lhe, em primeira análise uma melhoria das condições de vida, acompanhada, por vezes, pela melhoria da própria qualidade de vida. Isto leva a uma aquisição, consciente ou não, desses comportamentos e acções, por parte da comunidade onde o emigrante regressa ou de que fez parte. Os novos padrões de vida, são por vezes, mesmo valorizados; é o que denota a multiplicação dos comércios e serviços em espaços até então muito mal servidos nessas componentes de mercado. Fomenta-se, assim, uma procura que facilita o investimento e promove a aparecimento de novas empresas;

b) a integração no tecido produtivo ou paraproductivo de uma população inicialmente não predisposta a tal. A emigração motiva, desta forma, o aparecimento de agentes locais de desenvolvimento que actuam como criadores de emprego, quer para si próprios e familiares, quer mesmo para a população local. Do mesmo modo, o investimento é estimulado pela constituição das empresas ou “negócio” dos emigrantes. Devido à predominância de um mercado local e regional, esse estímulo implica um outro tipo de comportamentos e consumos na sua área de implantação por parte da população em geral;

c) a descompressão populacional perante a falta de postos de trabalho e oportunidades de emprego. A saída de população para o exterior funciona como válvula de escape em áreas onde a pressão sobre os postos de trabalho originava tensões sociais e remunerações mais baixas. Efectivamente, a diminuição de activos trouxe uma reposição das economias, não só dos emigrantes, mas também dos autóctones, que viram melhorados os seus salários e ampliadas as possibilidades de rendimento. Isto acontece quer devido ao facto de muitos dos emigrantes terem deixado para trás actividades que puderam ser desempenhadas pelos que ficaram, quer, também, pelo facto de as divisas enviadas pelos emigrantes funcionarem como motivadoras de novos investimentos por parte da população que não emigrou;

d) as remessas enviadas para Portugal representam, desde o primeiro momento desta emigração intraeuropeia, o factor positivo de consequências mais imediatas. Contribuindo de forma imediata para a recomposição das economias das famílias que melhoram o seu nível de vida, o envio das remessas é também factor de desenvolvimento local, regional e nacional. Todavia, estas remessas são o resultado de um desajustamento sócio-económico nos países de destino. O emigrante português tem aí um salário que é valorizado pelo câmbio monetário, equiparando-o aos bons salários do país e muito acima dos valores médios. No entanto, o nível de vida e preços nos países de destino, face à necessidade de obtenção de remessas a enviar para Portugal, objectivo primeiro da maior parte dos emigrantes, obriga-os a assumir um estilo de vida de forte contenção de despesas, o que impõe uma situação de “clausura”. Esta é apenas entrecortada pelas deslocações residência-trabalho e trabalho-residência, não existindo uma disponibilização de dinheiro para a ida ao café, para comprar o jornal, que geralmente é enviado de Portugal, para o passio, para o lazer, em suma. Tal situação explica-se pelo carácter temporário desse estilo de vida e pela vontade e necessidade de obter a maior quantidade de rendimentos no menor tempo possível. O objectivo é a compra de casa própria em Portugal, de preferência uma vivenda envolvida por muito terreno não construído, do carro novo, das alfaias que não se quer voltar a pedir emprestadas ao vizinho, do terreno com que sempre sonhou ou, mesmo, o investimento produtivo que nunca conseguiu efectuar por falta de capital.

São também estas remessas, com reflexos no desenvolvimento regional e local, que contribuem para a integração do emigrante no tecido produtivo. Por outro lado, as remessas são também um factor de transformação de espaços centrais e do próprio país. O aumento da circulação monetária e a necessidade de câmbios entre o escudo e uma grande variedade de moedas levaram a banca à integração desses capitais e, consequentemente, ao seu crescimento: promoveu-se a difusão de agências bancárias, com uma disseminação que, antes de mais, lhes permitisse absorver rapidamente as remessas dos emigrantes. Tal facto fez surgir em grande número de vilas do Centro e Norte do País, numa primeira fase, uma rede de balcões que canalizaram o dinheiro para as áreas centrais e em crescimento efectivo: Lisboa, mas também o Porto. Desta forma, o desenvolvimento da Grande Lisboa, nos anos setenta, foi efectuado, em parte, à custa da fluidez monetária criada pelas remessas dos emigrantes, com prejuízo das comunidades de origem destes, que não usufruíram dos capitais auferidos pelos seus membros, fomentam, mesmo, as assimetrias regionais;

e) o aumento da mobilidade sócio-profissional é, desde logo, o reflexo da opção pela emigração e uma forma de valorização dos recursos humanos. Aquela escolha implica a integração em novas actividades e o confronto com novas experiências que contribuem para o enriquecimento do indivíduo. O período emigratório é geralmente respon-

sável pela passagem por várias actividades profissionais (quer dentro de um mesmo ramo de actividade ou empresa, quer entre diferentes ramos), simultâneas ou não, e que são o resultado da integração progressiva na sociedade adoptiva. Assim, a população que sai predominantemente do sector primário vai, no país de destino, continuar nessa actividade com muito menos frequência ou vai integrar-se na indústria transformadora e nos serviços, fundamentalmente os serviços pessoais, e na construção civil. Após o regresso, o emigrante diversifica ainda as suas actividades, que abrangem o sector primário, valorizando-se a pecuária, o secundário, com a construção civil ou a indústria transformadora, os serviços e comércios; uma boa parte desses indivíduos mantém-se, no entanto, sem actividade definida, como proprietários e vivendo dos rendimentos;

f) a ligação com projectos de dominação territorial (colonização) facilitou o sucesso da maioria dos portugueses que se deslocaram para as ex-Colónias portuguesas de África uma vez que aí encontravam nas estruturas do poder, as facilidades necessárias para a integração pelo topo na hierarquia social. Os muitos recursos, o fraco aproveitamento das potencialidades, o apoio institucional e o atraso sócio-cultural das populações autóctones conferiram a essa população colonizadora poder sócio-económico nas ex-Colónias portuguesas. As facilidades de implantação são ainda mais valorizadas durante o período conturbado de pressões sócio-económicas internacionais sobre a política de colonização portuguesa que veio a despoletar as guerras coloniais. Ocupando toda a gama de actividades, a população portuguesa europeia diversificava as suas acções e ampliava os seus mercados, fazendo crescer as empresas de que frequentemente eram proprietários;

g) a descolonização dos territórios portugueses em África, compulsiva e expoliatória, resultou, visualizado todo o processo à distância, positivamente para o desenvolvimento e crescimento económico do país.

Efectivamente, o retorno de mais de meio milhão de indivíduos veio colmatar um processo de défice demográfico que se repercutia na vida económica do País. Além disso, este movimento migratório apresenta-se como duplamente favorável porque para além de implicar o aumento dos quantitativos populacionais, incide fundamentalmente sobre um aumento de adultos e adultos jovens, de formação e instrução acima da média do País e com áreas de fixação muito diversificadas. Embora tenham sido os concelhos litorais os mais procurados para a sua fixação, muitos dos retornados das ex-Colónias vão dirigir-se para concelhos do interior do País, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento local.

Frequentemente, investidores nos actuais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), utilizam essa atitude empresarial para aproveitamento dos recursos das regiões não centrais, muitas vezes não devidamente utilizados. Fruto da necessidade de rapidamente conseguirem capital e independência profissional, e da predisposição ao investimento, que já mantinham em África, os retornados

investem em franjas de mercado menos explorados e dinamizam a oferta, assim como a procura, através do seu consumo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico local e regional.

Os grandes mercados de trabalho de Lisboa/Setúbal, Porto/Braga/Aveiro e Faro atraíram, sem dúvida, os maiores quantitativos de população retornada. Na Região Centro esta atractividade é muito representativa no concelho de Viseu e no de Coimbra, os únicos onde os quantitativos de retornados excedem os 6.000 indivíduos; este valor conjuga-se no concelho de Viseu, com uma taxa de retorno superior a 7%.

A SITUAÇÃO ACTUAL

Retomando o processo de mobilidade internacional, o período que se segue à década de setenta e que se prolonga até hoje reflecte um conjunto de circunstâncias que interessa sublinhar:

— a manutenção de um número significativo de emigrados nos países da Europa Central e da América¹¹ (Figs. 10 e 11);

— a formação de uma segunda geração de emigrantes de origem portuguesa que não apresenta os elos dos seus pais a Portugal e que funciona como um *handicap* demográfico que se reflecte nos recursos humanos regionais;

— a continuação da saída de população, embora em menor número, para países europeus e da América do Norte;

— o incremento de um fluxo de emigração temporária que se valoriza nos últimos anos, com especial incidência no distrito de Viseu, na Região Centro. Esta evolução permite identificar uma diminuição dos períodos migratórios internacionais, desde os muito longos da emigração transoceânica (Brasil, Venezuela e E.U.A., geralmente superiores a 20 anos), aos curtos e de média duração da emigração intracuropeia (França, Alemanha, entre os 8 e os 15 anos), até aos períodos de curta duração ou sazonais (França, Suíça, Países Árabes).

A emigração sazonal de curta duração (3 a 9 meses) encontra, por exemplo, no distrito de Viseu, ao longo da década de oitenta, um terreno muito favorável. De 1977 a 1988, Viseu apresenta o valor distrital absoluto máximo de emigração temporária (Fig. 12), valor com grande importância no total da população do distrito tal como a Guarda e Castelo Branco, embora com menores quantitativos.

A valorização dos investimentos em infraestruturas de qualidade (cultura, lazer, desporto) e a descentralização do processo de crescimento económico podem vir a contribuir para a fixação de população: é que mesmo os

¹¹ O número total de portugueses no estrangeiro, em 1992, segundo a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, é de 4 531 870 indivíduos.

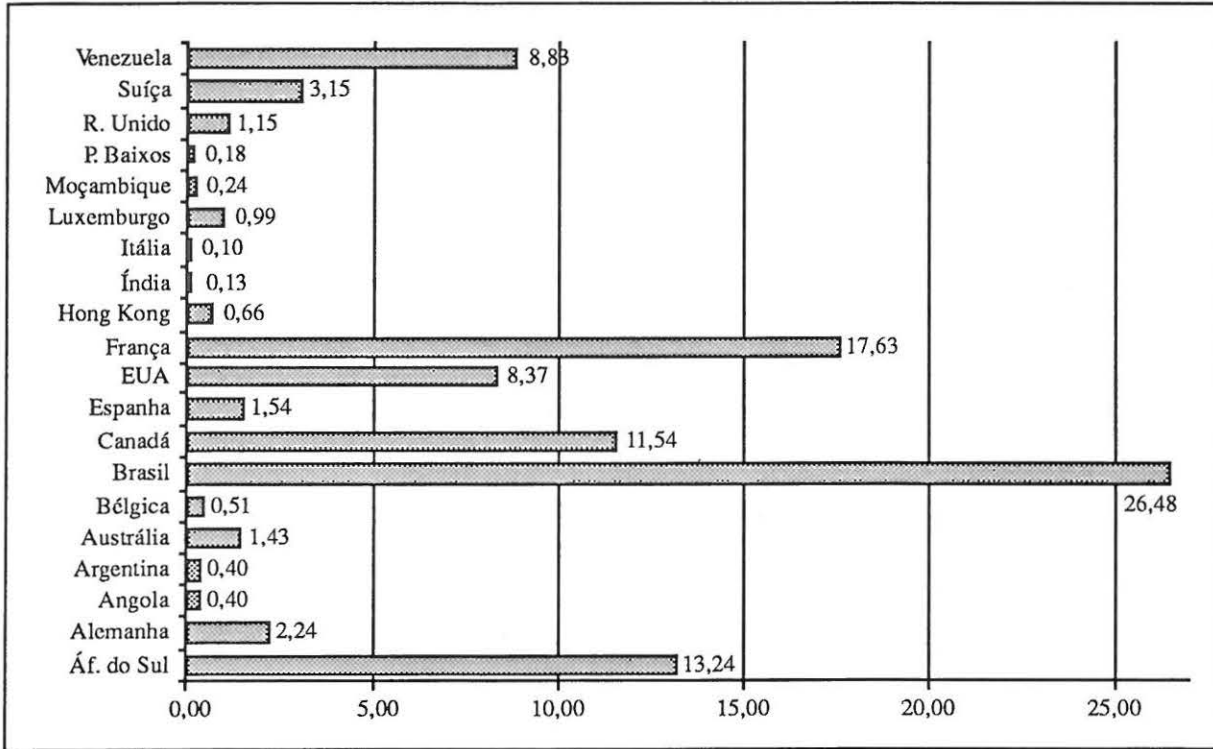


Fig. 10 - Destinos principais da emigração portuguesa, por países (1992)
 Fonte: Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.
 Ministério dos Negócios Estrangeiros

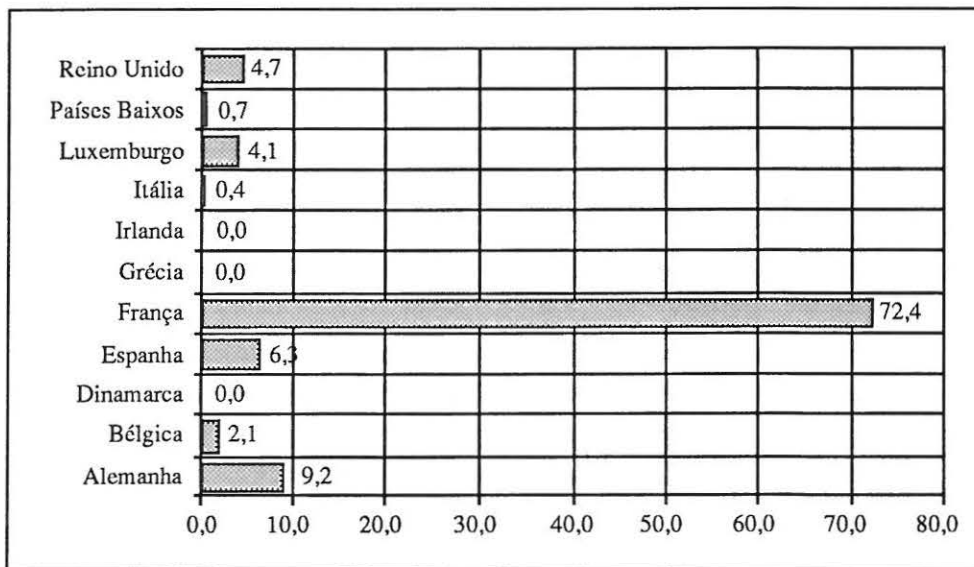


Fig. 11 - Os emigrantes portugueses na União Europeia (1992)
 Fonte: Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.
 Ministério dos Negócios Estrangeiros

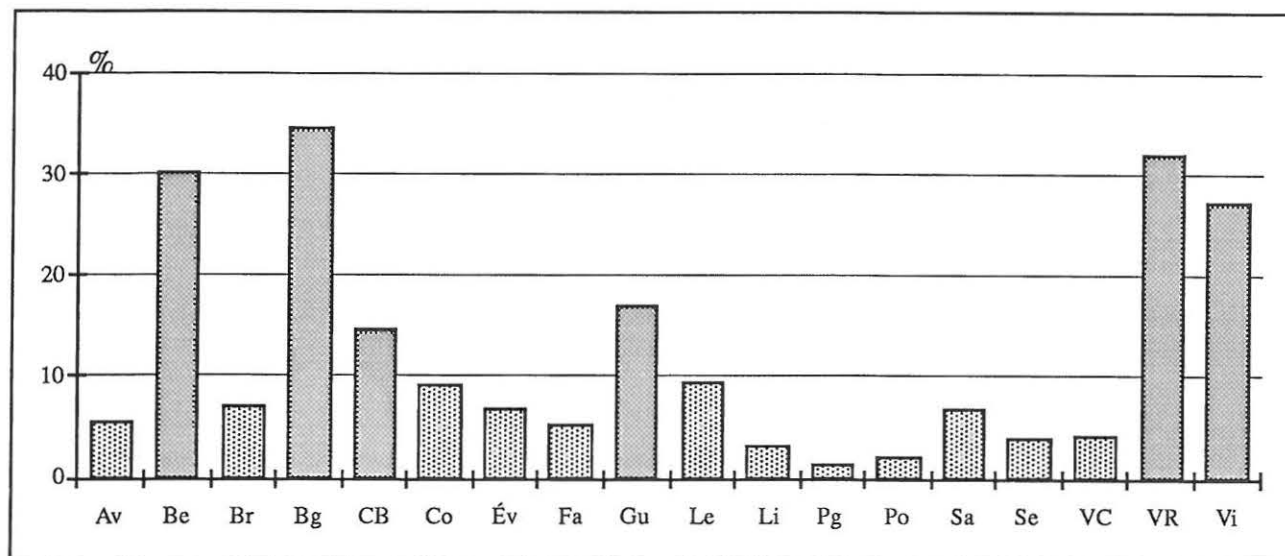


Fig. 12 - Taxa de emigração temporária (1977-1988)

Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - *A emigração portuguesa. Dados estatísticos 1966-1988*, Lisboa

grupos que têm uma actividade económica prestigiante e/ou bem remunerada nas estruturas sociais locais e regionais vêem-se confrontados com dificuldades no acesso a diversos bens e serviços, o que pode afectar o equilíbrio atracção-repulsão.

Quando estas iniciativas falham na prossecução dos seus objectivos, os reflexos demográficos são sintomáticos. A relação entre o número de habitantes por km² e a concentração da população em lugares (com mais de 5.000 habitantes), em 1991, evidencia os distritos do Nordeste e do Centro Interior como os que apresentam menores potenciais de população conjuntamente com as menores taxas de urbanização. Mas a proliferação de programas de formação profissional, de instituições de Ensino Médio e Superior (de alcance e actuação Local e Regional), o desenvolvimento de infraestruturas e a multiplicação de investimentos que promovam o emprego podem num futuro próximo conter este processo de repulsão demográfica, pela fixação nos diferentes territórios da população jovem e adulta jovem, necessária para sustentar o desenvolvimento real. A prossecussão deste desenvolvimento sustentado, com qualidade de vida, potencialidades de emprego, disponibilidade de serviços de qualidade (cultura, lazer, desporto) a par com bons investimentos em infraestruturas (redes de comunicação e telecomunicação, por exemplo), fundamentais para toda a população, são, também, e ainda, factores determinantes na atracção de uma população emigrada cujos elos efectivos ao território português se diluem rapidamente.

NOTA FINAL

A emigração originou um balanço demográfico negativo, responsável quer pelo envelhecimento da população, quer pela diminuição da relação de substituição, quer pelo agravamento das taxas de dependência. Muito importante foi, de igual forma, a diminuição da mão-de-obra disponível. De facto, embora o trabalho do campo seja essencialmente feito a tempo parcial, a inexistência de mecanização origina, em períodos de sementeira e colheita, falta de trabalhadores, o que se repercute nos salários e na diminuição da superfície cultivada.

A emigração foi, contudo, determinante nas melhorias sensíveis verificadas em termos sócio-económicos, em todo o País. A ampliação e melhoria substancial do património habitacional, a melhoria do nível de vida e as remessas de grandes quantitativos de divisas são aspectos relevantes a ter em consideração. Todavia, as consequências positivas da emigração, em termos de crescimento de desenvolvimento das áreas rurais, dependem ainda, em grande medida, do encerrar do ciclo emigratório - o regresso. Efectivamente, para além da valorização das características anteriores, temos que referir ainda a reestruturação etária da população, já que a maioria dos regressos ocorre ainda em idade activa, e o aumento do número de investimentos, que expressam o sucesso do emigrante e o apego à terra de naturalidade. Esta forte relação emigrante/terra natal esbate-se com frequência sob o efeito da forte burocracia portuguesa. Sendo os

emigrantes uma categoria social com níveis de cultura e habilitações literárias relativamente restritas, e tendo eles estado em contacto, nos países receptores, com realidades de serviço público e com estruturas de Assistência Social de grande eficiência, torna-se uma grande barreira, após o regresso, a burocracia crescente. Interpretados como uma situação de excepção, que de alguma forma os favorece, deparam-se com burocracias acrescidas que somadas a uma formação muito deficiente do funcionalismo público e das suas estruturas, transformam qualquer requerimento num processo penoso e moroso. Este estado de coisas, que afecta, aliás, a totalidade da população portuguesa, é de facto um problema real e a expressão de um centralismo e tutela sobre os acontecimentos quotidianos em completo anacronismo com as necessidades concretas da sociedade em Portugal.

A emigração está presente nos mais variados aspectos da sociedade portuguesa. As suas influências são marcantes no espaço rural, tanto na paisagem, através da habitação, como no modo de vida, por intermédio da alteração dos comportamentos, da promoção dos consumos, do reavivar da vida festiva das povoações, dos investimentos produtivos (comércio, serviços e indústria). Esse fenómeno é também marcante na evolução sofrida pela Construção Civil, no preço dos terrenos e imóveis — tanto rurais como urbanos e periurbanos —, na mobilidade sócio-profissional, na criação de postos de trabalho directos e indirectos e no próprio investimento indirecto, com o financiamento de muitas das infraestruturas das metrópoles portuguesas, através da canalização efectuada pelas instituições financeiras.

BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, J. Carvalho (1983) - *A emigração Portuguesa. Suas origens e distribuição*. Biblioteca Breve, Série História, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa.
- ARROTEIA, J. Carvalho (1983) - *Atlas da emigração portuguesa*. Col. Sociologia, Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto.
- ARROTEIA, J. Carvalho (1984) - "L'Émigration portugaise vu du Portugal: Bilan des Recherches". *Travaux et Documents du Centre d'Études Nord du Portugal-Aquitaine (CENPA)*.
- BOURA, Isabel e JACINTO, Rui (1984) - "Evolução demográfica, emigração e retorno na Região Centro: Transformações recentes". *Desenvolvimento Regional*, 18, Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- BRITO, Raquel Socero (1960) - "Agricultores e pescadores na cidade do Rio de Janeiro (estudo comparativo)". *Estudos, Ensaios e Documentos*, 71, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- CLAP (Comité de Liaison pour l'Alphabétisation et la Promotion) (1978) - *Le retour vu du Portugal. Voyage d'étude organisé par le CLAP*. Paris.
- COLUMBU, Michele (1987) - *Relatório sobre os problemas regionais e os movimentos migratórios*. Comissão de Política Regional e do Ordenamento Territorial, Relatórios das Comunidades Europeias, Parlamento Europeu, Estrasburgo.
- CÓNIM, Custódio (1985) - "Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1981". *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 26, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- CRAVIDÃO, Fernanda e SANTOS, Norberto (1992) - "Estrutura demográfica e recursos humanos na Região de Viseu". *Biblos*, LXVIII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DELORME, Jacques (1983) - *Le Portugal et ses émigrés en France: Étude des effets/retour*. Le Conseiller Economiques et Commercial, Ambassade de France au Portugal. (policopiado).
- DYJK, Peter Van (1986) - "Private savings, remitted by emigrants, and regional development". *O Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local*. CCRC, OCDE, Ministério do Plano e da Administração do Território, Coimbra.
- FERRÃO, João (1985) - "Alguns elementos acerca da questão do investimento industrial no concelho de Viseu". *Desenvolvimento Regional*, 20, Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- FERRÃO, João (1987) - "Indústria e valorização do capital. Uma análise geográfica". *Memórias*, 11, CEG, Lisboa.
- GARSON, Jean Pierre e TAPINOS, George (1980) - "Transferts de fonds et comportements économique des migrants. L'argent des immigrés. Revenues, épargne et transferts de huit nationalités immigrés en France". *Travaux et Documents*, Cahier 4, PUF, INED, Paris.
- GEORGE, Pierre (1986) - *L'émigration en France. Faits et Problèmes*. Coll. Actualité, Armand Colin, Paris.
- GUERRA, Carlos (1988) — "As Maisons". *Jornal Arquitectos*, Junho, nº 67, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- KING, Russell (1988) - *Return migration to Italy in historical perspective*. Occasional Publications (New Series), 23, Department of Geography, University of Durham.
- LEITE, Carolina (1989) - "Casa dos emigrantes: gosto de alguns, desgosto de muitos". *Sociedade e Território*, 8, Espaço: Emigração e Retorno, Afrontamento, Porto.
- MARANHÃO, M. José e QUINTELA, João Granjo (1989) - "Repatriamento e território: Impactos regionais". *Sociedade e Território*, 8, Espaço: emigração e Retorno, Afrontamento, Porto.
- MARTINHO, Alberto (1984) - "Os filhos dos emigrantes, (16-21 anos) oriundos do distrito da Guarda, em França: Nem a integração nem o retorno. O estudo comparado de duas amostras". *Emigração e retorno na Região Centro*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- MARTINS, Oliveira (1956) - *Fomento rural e emigração*. Obras Completas, Guimarães e C^a.
- MOUTINHO, Mário (1989) - "A arquitectura das casas dos emigrantes na área de influência do Museu Etnológico de Monte Redondo de Leiria". *Sociedade e Território*, 8, Espaço: Emigração e Retorno, Porto.
- PASCUAL SANS, Àngels (1983) - "Los movimientos migratorios de retorno. Signification y perspectivas". *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 3, Facultat de Lletres, Universitat Autònoma de Barcelona, Belaterra.
- PIORE, Michael (1979) - *Birds of passage. Migrant labour and industrial societies*. Cambridge University Press, Cambridge.
- PIRES, R. Pena (1987) - *Os Retornados. Um estudo sociográfico*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

- PIRES, R. Pena (1990) - "Migrações no sistema mundo: O Caso português". *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, CES, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, Coimbra.
- POINARD, Michel (1979) - "Le million des immigrés. Analyse de l'utilisation de l'aide au retour para les travailleurs portugais en France". *Révue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tomo 50, fasc. 4, Toulouse.
- POINARD, Michel e ROUX, Michel (1977) - *A emigração contra o desenvolvimento: os casos português e jugoslavo. A emigração portuguesa e o seu contexto internacional*. Iniciativas editoriais, Centro de Estudos da Dependência (CEDEP), Instituto Superior de Economia, Lisboa
- REIS, José (1992) - *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. CES, Afrontamento, Porto.
- RIBEIRO, F. Cassola (1986) - *Emigração Portuguesa. Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984*. Série Migrações, Sociologia, Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Porto.
- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz (1989) - "A presença dos ausentes". *Sociedade e Território*, 8, Espaço: Emigração e Retorno, Afrontamento, Porto.
- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz et al. (1988) - *O fenómeno emigratório na Região Centro. Regresso e reinserção na diocese de Coimbra*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Secretaria de Estado das Comunidades portuguesas, Caritas diocesana de Coimbra, Coimbra.
- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz et al. (1988) - *População escolar directa e indirectamente ligada à emigração*. Projecto Universidade Aberta, Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, Lisboa.
- SANTOS, Norberto Pinto dos (1989) (publ. 1991) - "Consequências da Emigração para França no conelho de Sátão. A alteração das atitudes e a representatividade do investimento". *Biblos*, LXV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- SANTOS, Norberto Pinto dos (1990) - *Emigração e retorno. Consequências no desenvolvimento regional. Contributo com a análise casuística dos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (poplicopiado).
- SERRÃO, Joel (1982) - *A emigração Portuguesa. Sondagem histórica*. Colecção Horizonte 12, Livros Horizonte, Lisboa.
- SILVA, Manuela et al. (1984) - *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 8, Fundação VolkswagenWerk, Lisboa.
- SILVA, Manuela et al. (1984) - *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Caderno 8, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.
- SIMON, Gildas (1986) - "La nouvelle donne migratoire em Europe du Sud". *Revue Européenne de Migrations Internationales*, vol. 2, nº 1, Poitiers.
- SOUZA, Clara (1989) - "Habitat: Mode d'expression et symbole social des emigrés portugais". *Sociedade e Território*, 8, Espaço: Emigração e Retorno, Afrontamento, Porto.
- THOMAS, Eric-Jean (1982) - *Immigrant workers in Europe: their legal status. A comparative study*. The Unesco Press, Educational Scientific and Cultural Organization, united Nations, Paris.
- VALAGÃO, Maria Manuel (1989) - "Práticas alimentares dos emigrantes. Mudança ou continuidade?" *Sociedade e Território*, 8, Espaço: Emigração e Retorno, Afrontamento, Porto.
- WHITE, Paul e WOODS, Robert (1980) - *The geographical impact of migration*. Longman, Londres.